

# ONU dá ao Brasil status de elevado desenvolvimento

por Sandra Nascimento  
de Brasília

Os contrastes cada vez mais marcantes no mundo atual são uma das principais questões levantadas no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1995, divulgado ontem simultaneamente em dezessete países do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O Brasil, que manteve seu 63º lugar no ranking de desenvolvimento, embora promovido a país de elevado desenvolvimento humano por alterações metodológicas da pesquisa, é destacado como exemplo de desigualdade regional: enquanto a região Sul seria classificada ao lado de Luxemburgo (27º), o Nordeste estaria próximo ao Gabão (114º), mais uma vez reafirmando o antigo chavão de "Belíndia".

Diferenças principais entre os países e dentro deles mesmos são as econômicas e sócio-culturais. Nesse aspecto o relatório dedicou atenção especial às desigualdades entre homens e mulheres, que, dentro das estatísticas globais, desaparecem. "É preciso reconhecer que as diferenças existem para combatê-las", afirmou José Eguren, representante adjunto da ONU no Brasil. Esse estudo será discutido na próxima conferência mundial da mulher, em Pequim, no mês de setembro.

O valor do trabalho não remunerado da mulher, classificado em sua maior parte como doméstico, embora inclua uma série de outras atividades além dos afazeres de casa, principalmente nas áreas rurais, é estimado em US\$ 11 trilhões. Os cálculos são baseados no total de dinheiro produzido por trabalho formal no mundo, que é US\$ 23 trilhões. O informal ou sub-remunerado, chega a US\$ 16 trilhões.

Dos quase 1,3 bilhão de miseráveis do mundo, 70% são mulheres. As mulheres também respondem por dois terços do total de alfabetos. Segundo a pesquisa, realizada por escritório especializado a pedido do PNUD, a situação da mulher vem melhorando nos últimos anos, mas ainda está muito aquém do que se considera desejável. "Não há nenhum país em que a condição feminina se iguale à masculina", conclui o documento.

As mulheres vem recebendo melhor atendimento médico e melhor educação, principalmente nos países em desenvolvimento, à exceção de alguns da Ásia e Oriente Médio, cuja situação chega a ser crítica, mas sem a equivalente evolução de renda. Em relação aos salários dos homens, as mulheres da Tanzânia, país de menor desigualdade financeira entre os sexos, ganham 92%. No Brasil, essa relação é de 76%, acima da

dos Estados Unidos, que é de 75%. Em último lugar, está Bangladesh, onde as mulheres percebem apenas 42% do rendimento de seus colegas de profissão.

Para medir a diferença entre as oportunidades oferecidas a homens e mulheres, a pesquisa criou o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado ao Sexo (IDS), com base em critérios de saúde, educação, renda, participação política e econômica. A Suécia lidera o ranking, com 0,92 (o teto é 1), mas em 45 países dos 174 avaliados o índice é inferior a 0,5. A violência, muitas vezes consentida cultural e socialmente, ainda é constante no dia-a-dia de muitas mulheres, bem como o tratamento gritantemente discriminatório nas próprias leis.

O relatório sugere algumas alternativas para mudar esse quadro, como a criação de jornada de trabalho mais flexível para que os homens também dividam as tarefas domésticas.

## Desigualdade

Salário médio mais baixo para as mulheres

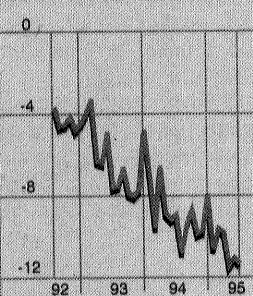
País	Salário não-agrícola das mulheres em % do dos homens
Tanzânia.....	92,0
Vietname.....	91,5
Austrália.....	90,8
Sri Lanka.....	89,8
Islândia.....	89,6
Suécia.....	89,0
Noruega.....	86,0
Bahrein.....	86,0
Quênia.....	84,7
Colômbia.....	84,7
Turquia.....	84,5
Jordânia.....	83,5
Costa Rica.....	83,0
Dinamarca.....	82,6
Hungria.....	82,0
Maurício.....	81,3
França.....	81,0
Nova Zelândia.....	80,6
Itália.....	80,0
Egipto.....	79,5
Zâmbia.....	78,0
Grécia.....	78,0
Polónia.....	78,0
Áustria.....	78,0
Finlândia.....	77,0
Holanda.....	76,7
Portugal.....	76,0
Brasil.....	76,0
Paraguai.....	76,0
Alemanha.....	75,8
E.U.A.....	75,0
México.....	75,0
Bélgica.....	74,5
Uruguai.....	74,5
Suazilândia.....	73,0
R.Centro-Africana.....	72,6
Singapura.....	71,1
Espanha.....	70,0
Reino Unido.....	69,7
Hong-Kong.....	69,5
Irlanda.....	69,0
Taiilândia.....	68,2
Suíça.....	67,6
Luxemburgo.....	65,2
Argentina.....	64,5
Equador.....	63,7
Canadá.....	63,0
Bolívia.....	62,3
Filipinas.....	60,8
Chipre.....	60,8
Chile.....	60,5
Síria.....	60,0
China.....	59,4
Rep. da Coréia.....	53,5
Bangladesh.....	42,0
Média.....	74,9

Nota: os dados são do último ano disponível.

Fonte: ONU

## EUA

Déficit comercial - em US\$ bilhões



Fonte: Departamento do Comércio dos EUA

## Déficit dos EUA aumenta 2,45%

por Nancy Dunne  
do Financial Times

O déficit de junho dos Estados Unidos no comércio de bens e serviços subiu inesperadamente 2,4% em relação ao mês anterior, para mais de US\$ 11,3 bilhões em junho, o segundo maior saldo negativo mensal, segundo informou ontem o Departamento do Comércio.

Nos primeiros seis meses de 1995, o déficit comercial acumulado aumentou quase 28%, para US\$ 63,8 bilhões, mas membros do governo Clinton tentaram ontem dar uma interpretação otimista aos números.

O representante do Comércio, Mickey Kantor, usou os dados trimestrais para demonstrar que as exportações estão crescendo "a um ritmo recorde" e afirmou que, no segundo trimestre do ano, subiram quase à mesma taxa das importações.

### QUEDA DAS EXPORTAÇÕES

Em junho, as exportações caíram duas vezes mais do que as importações. As importações declinaram 0,6%, para US\$ 75,79 bilhões em junho, mas as exportações recuaram 1,2%, para US\$ 64,48 bilhões. A maior queda das exportações foi nas vendas de automóveis e autopeças no exterior, que recuaram US\$ 500 milhões. Os EUA também exportaram menos alimentos, bebidas e bens de consumo.

Kantor afirmou que ficou "radiante" com a queda do déficit mensal norte-americano com o Japão, de US\$ 5,5 bilhões para US\$ 5,3 bilhões, em junho. É a terceira queda mensal consecutiva e Kantor acreditava que a tendência prosseguiria pelo menos até o final de julho. "Acreditamos que a combinação de fatores, como a abertura do mercado, aumentou a competitividade dos EUA, e esperamos que um constante crescimento da economia japonesa permita reduzir ainda mais este número", afirmou.